



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

RELATOR : DESEMBARGADOR ELVECIO MOURA DOS SANTOS
RECORRENTE : 1. USINA SANTA HELENA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL
S.A.
ADVOGADOS : CÁCIA ROSA DE PAIVA E OUTRO(S)
RECORRENTE : 2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (OFÍCIO
DE RIO VERDE)
ADVOGADOS : CAROLINA MARZOLA HIRATA
RECORRIDOS : OS MESMOS
ORIGEM : VT DE RIO VERDE
JUIZ : ELIAS SOARES DE OLIVEIRA

EMENTA. REGISTRO DAS HORAS *IN ITINERE* EM CONTROLE MANUAL, MECÂNICO OU ELETRÔNICO. EMPRESA COM MAIS DE DEZ EMPREGADOS. OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE LEI. Segundo o art. 4º da CLT, o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, é considerado como de efetivo serviço. Por sua vez, de acordo com o art. 58, § 2º, da CLT, as horas *in itinere* integram a jornada de trabalho. Assim, pela dicção dos supracitados dispositivos do Texto Consolidado, conclui-se que o art. 74, § 2º, da CLT, quando estabelece a obrigatoriedade de a empresa com mais de dez empregados proceder ao registro da hora de entrada e de saída, refere-se ao horário de início e

has

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

término da jornada, na qual estão integradas as horas *in itinere*. A existência de acordo coletivo fixando o tempo médio de percurso a ser pago aos trabalhadores, não tem o condão de elidir a obrigação da empregadora de manter o registro desse período da jornada, pois tal registro decorre de exigência constante em norma de ordem pública, inafanosa à negociação coletiva.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos de Recurso Ordinário, em que são partes as acima indicadas.

ACORDAM os Desembargadores da Terceira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em Sessão Ordinária hoje realizada, por unanimidade, conhecer de ambos os recursos, rejeitar a preliminar de nulidade da sentença e, por maioria, dar-lhes parcial provimento, vencido, em parte, o Relator que negava provimento ao da Requerida e dava total provimento ao do Requerente e que adaptará o voto. Vencido, em parte, também, o Desembargador Geraldo Rodrigues do Nascimento que dava provimento parcial menos amplo ao recurso do Ministério Público do Trabalho; quanto ao pedido de aplicação da multa por litigância de má-fé, formulado oralmente pelo representante do MPT, o pleito foi indeferido, vencido o Relator que aplicava tal penalidade. Sustentaram oralmente, pelo Requerente, o Procurador do Trabalho presente na sessão, Dr. José Marcos da Cunha Abreu, e pela Requerida, o Dr. Michel Aparecido Marra da Silva.

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Federais do Trabalho ELVECIO MOURA DOS SANTOS (Presidente), ELZA CÂNDIDA DA SILVEIRA e GERALDO RODRIGUES DO NASCIMENTO. Representando o d. Ministério Público do Trabalho o Excelentíssimo Procurador JOSÉ MARCOS DA CUNHA ABREU. (Sessão de Julgamento do dia 1º de julho de 2011).

RELATÓRIO

Trata-se de Recursos Ordinários interpostos pela Requerida (USINA SANTA HELENA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A.) às fls. 129/140 e pelo Autor (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO) às fls. 143/154, contra a r. sentença de fls. 124/126, proferida pelo MM. Juiz Elias Soares de Oliveira, Auxiliar da 1ª Vara do Trabalho de Rio Verde-GO, que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial da presente Ação Civil Pública.

Regularmente intimados, apenas a Requerida apresentou contrarrazões (fls. 160/175).

Dada vista ao Ministério Público do Trabalho dos documentos de fls. 193/222, o douto Procurador do Trabalho presente nesta Sessão, Dr. José Marcos da Cunha Abreu, manifestou-se oralmente no sentido de que tais peças não trouxeram nenhuma novidade relevante em relação ao acordo coletivo que já se encontrava juntado aos autos. Pugnou pela condenação da empresa Requerida na condenação decorrente da

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

litigância de má-fé, com fundamento no art. 17, do CPC, sob a alegação de que a juntada desses documentos na véspera da sessão constituiu-se em incidente manifestamente protelatório; defendeu a tese no sentido de que, de acordo com o art. 58, § 3º, da CLT, somente as micro e pequenas empresas podem fixar o tempo médio de horas *in itinere* por meio de acordo ou convenção coletiva; apontou que os §§ 1º e 2º da Cláusula Vigésima Nona da CCT em comento afrontam a Súmula 16 deste Regional. No mérito, pugnou pelo provimento do apelo do *Parquet* Trabalhista e pelo desprovimento do recurso da empresa. Ao final, requereu a juntada posterior da promoção relativa a essa manifestação oral.

É o relatório.

VOTO

ADMISSIBILIDADE

Preenchidos os pressupostos processuais de admissibilidade, conheço dos recursos interpostos, bem como das respectivas contrarrazões.

Conheço dos documentos de fls. 197/222, juntados pela Requerida e protocolizados no dia 30/06/2011 (véspera da sessão de julgamento), às 15h35min, por se tratar de documento novo (Súmula nº 8 do TST).

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

RECURSO DO AUTOR (MINISTÉRIO PÚBLICO DO
TRABALHO)

PRELIMINARMENTE

DA ALEGADA NULIDADE DA SENTENÇA

O MM. Juiz de 1º grau julgou procedente, em parte, os pedidos formulados pelo Ministério Público do Trabalho, na presente Ação Civil Pública, para condenar a Requerida (Usina Santa Helena de Açúcar e Álcool S.A) "a efetuar o registro mecânico, manual ou em sistema eletrônico do tempo de percurso relativo aos empregados que laboram nas lavouras, transportados em condução fornecida pela empregadora, a partir do trânsito em julgado desta sentença, sob pena de multa de R\$3.000,00 por cada dia em que se der o descumprimento, a ser revertida em favor do FAT (70%) e de instituições beneficentes da região (30%), a serem indicadas e definidas na fase de execução" (fls. 126).

O Ministério Público do Trabalho recorre, pugnando pela nulidade da sentença, sob o argumento de que o MM. Juiz de 1º grau não teria apresentado o fundamento de ter condenado a Requerida efetuar o registro mecânico, manual ou em sistema eletrônico das horas *in itinere* apenas dos empregados que laboram da lavoura, ficando excluídos os demais empregados.

Alega que também não constaria na sentença o fundamento de ter condenado a Requerida a cumprir a referida obrigação de fazer somente após o trânsito em julgado da decisão.

Sem razão, *data venia*.

Analizando a r. sentença, verifica-se que o MM. Juiz *a quo* apresentou todos os elementos dos autos e dispositivos legais que embasaram a sua decisão de condenar a Requerida a efetuar o registro mecânico, manual ou em sistema eletrônico do tempo de percurso relativo aos empregados que laboram nas lavouras, transportados em condução fornecida pela empregadora.

Por sua vez, consta expressamente na r. sentença os fundamentos do indeferimento da pedido da antecipação da tutela, *verbis*:

"Por fim, o risco de prejuízo irreparável aos trabalhadores, arguido na inicial e reconhecido na decisão que deferiu parcialmente antecipação da tutela não se faz mais presente, diante do pré-estabelecimento do tempo de percurso a ser pago aos trabalhadores por meio de negociação coletiva, com vigência até maio/11" (fls. 126).

Assim, não padecendo a r. sentença do vício de ausência de fundamentação, não há que se falar em nulidade.

Por outro lado, considerando que o MPT, na inicial, requereu a condenação da Requerida a cumprir a obrigação de fazer, consistente em consignar em registro

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

mecânico, manual ou em sistema eletrônico, o tempo de percurso relativo **a todos os seus empregados, e não apenas daqueles que laboram na lavoura**, e tendo em vista que a causa em análise refere-se a discussão de matéria exclusivamente de direito, com base no disposto no art. 515 do CPC, passo a julgar, desde logo, a pretensão do Autor.

Rejeito.

MÉRITO

MATÉRIA COMUM A AMBOS OS RECURSOS

O MM. Juiz de 1º grau julgou procedente, em parte, os pedidos formulados pelo Ministério Público do Trabalho, na presente Ação Civil Pública, para condenar a Requerida (Usina Santa Helena de Açúcar e Álcool S.A) "a efetuar o registro mecânico, manual ou em sistema eletrônico do tempo de percurso relativo aos empregados que laboram nas lavouras, transportados em condução fornecida pela empregadora, a partir do trânsito em julgado desta sentença, sob pena de multa de R\$3.000,00 por cada dia em que se der o descumprimento, a ser revertida em favor do FAT (70%) e de instituições beneficentes da região (30%), a serem indicadas e definidas na fase de execução" (fls. 126).

A Requerida (Usina Santa Helena de Açúcar e Álcool S/A) pugna pela reforma da r. sentença a fim de ver excluída da condenação tal obrigação de fazer.

Sustenta que, após o ajuizamento da presente ação, celebrou com os sindicatos dos trabalhadores no

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

transporte (abrangendo os trabalhadores da motomecanização - motoristas, tratoristas e operadores de máquinas agrícolas) e dos trabalhadores rurais (abrangendo os trabalhadores que laboram nas atividades de corte de cana para moagem, corte de cana para plantio, plantio de cana, capina, aplicação de defensivos agrícolas, catação de bituca e nos serviços de irrigação) Termos Aditivos aos ACT's 2010/2011 que versam exclusivamente sobre a quantidade e forma de pagamento do tempo de percurso.

Alega que "os referidos termos Aditivos foram acordados justamente para que fosse estipulado documentalmente o tempo médio de percurso *in itinere* diário que já há algum tempo vem sendo reconhecido pelos D. Juízes Trabalhistas deste Foro de Rio Verde, confirmado em diversas oportunidades pelo Egrégio TRT18º - Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, e finalmente, reconhecido também pelas partes, tanto em acordos celebrados quando da realização das audiências, seja em pedidos formulados na própria petição inicial" (fls. 132).

Sustenta que "não havendo impugnação por parte do órgão ministerial laboral e nem apontado em fundamentação sentencial qualquer impugnação referente ao tempo médio estipulado em instrumento normativo, tem-se como incontroverso que referido tempo médio de percurso acordo nos ACT's em comento estão razoáveis e proporcionais".

Afirma que "estando caracterizada a razoabilidade e proporcionalidade da pactuação do médio de percurso *in itinere* levado a cabo nos instrumentos dos Termos

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

Aditivos anexos, ter-se-á a aplicação ao caso do enunciado da súmula nº 08 do E. TRT18ª Região" (fls. 133).

Alega, por fim, que "como reconhecidamente válidos os instrumentos normativos que versaram sobre a quantidade de tempo e e (*sic*) forma de pagamento do tempo de percurso de todos os trabalhadores da empresa ora recorrente que iniciam e terminam sua jornada na lavoura, nos termos dos incisos VI, XIII, XIV e XXVI do art. 7º da Constituição c/c enunciado da súmula nº 08 desta Tribunal Regional da 18ª Região, não há falar em registro 'mecânico, manual ou em sistema eletrônico' do tempo *in itinere* nos cartões de ponto de (*sic*) dos 'empregados que laboram nas lavouras'" (fls. 140).

O Autor (Ministério Público do Trabalho), também, recorre, pugnando pela reforma da r. sentença para que a Reclamada seja condenada a efetuar o registro mecânico, manual ou em sistema eletrônico do tempo de percurso relativo a todos empregados transportados em condução fornecida pela empregadora e não apenas aqueles que laboram nas lavouras, sob o argumento de que "deferir o registro das horas *in itinere* somente aos empregados da lavoura, excluindo, por conseguinte, os demais que se encontrem na mesma situação, fere o princípio da igualdade" (fls. 149).

Sem razão a Requerida.

Com razão o Requerente.

Inegavelmente, a questão das horas *in itinere* no âmbito do TRT da 18ª Região alcançou proporções

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

alarmantes, pelo que está a merecer uma solução mais abrangente para debelar esse problema, pois as soluções de varejo têm se revelado absolutamente ineficazes.

Com esse desiderato, em boa hora o Presidente desta Corte, Desembargador Mário Sérgio Bottazzo, está articulando uma ampla discussão entre os atores sociais do setor produtivo rural ao lado de outras instituições ligadas à defesa da ordem jurídica trabalhista, buscando entabular uma agenda mínima em nome do trabalho decente, onde o item horas *in itinere* figura como uma das principais preocupações.

Não há dúvida de que esse problema está a requerer a imposição de parâmetros mínimos de controle e de tolerância quanto ao tempo de percurso, sob pena de voltarmos à época da barbárie que imperava nos primórdios da Revolução Industrial, em que os trabalhadores eram submetidos a jornadas que, não raro, superavam 15 horas por dia, o que, lamentavelmente, está acontecendo com boa parte dos cortadores de cana no Estado.

É certo que a Juíza Eneida Martins Pereira de Souza Alencar certamente se sentiu honrada, e com ela todos nós da 18ª Região, pela justa homenagem que lhe foi prestada, no TST, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no último dia 20 do corrente mês de junho/2011, ocasião em que foi contemplada com o "Prêmio Excelência", em razão do hercúleo trabalho realizado como Titular da Vara do Trabalho de Ceres, que se destacou como uma das Varas mais produtivas do País em 2010.

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

Se perquirirmos qual o fator determinante para que, de uma hora para outra, milhares de ações desaguassem naquele até então pacato Foro Trabalhista de Ceres, chegaremos à óbvia conclusão de que esse boom processual se deveu às demandas envolvendo horas *in itinere*.

Entretanto, seria de se perguntar: qual preço pago pela referida Magistrada, além do bravos Juízes e servidores que com ela ombrearam essa árdua tarefa?

Eu, particularmente, não tenho dúvida que o preço foi muito alto, pois o trabalho dos referidos Magistrados foi ainda mais aviltado ao se constatar que essa tarefa se resumia, praticamente, ao "trabalho braçal" de conciliar ou julgar centenas e centenas de ações postulando o pagamento de horas *in itinere*, nas quais se discute, basicamente, o percurso e o tempo gasto no trajeto.

Toda essa trabalhadeira seria evitada com a implantação de simples mecanismo para fazer o registro do ponto do trabalhador no ato do embarque e desembarque da condução.

Nessa linha de raciocínio, gostaria de propor a seguinte reflexão: será que nós, Magistrados Trabalhistas, não somos postos a serviço do jurisdicionado para prestar um serviço mais relevante e menos vilificante que esse de meros aferidores de horas *in itinere*?

Ora, trabalhando nessa empreitada braçal, eu não vejo diferença entre o labor do cortador de cana e o ofício do Juiz do Trabalho, que exaure as suas energias na

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

faina inglória de simplesmente comprovar e quantificar, diuturnamente, o tempo de deslocamento dos trabalhadores rurais.

Diante dessa situação, parece-me irrefutável a assertiva de Aristóteles, quando diz que o trabalho braçal vilifica o homem, que, nessa condição, não tem tempo para refletir, nem desenvolver qualquer pensamento filosófico ou científico.

Assim, parece-me evidente que nos foi confiada missão mais relevante a serviço da sociedade, que exige de nós constante preparação, a fim de que possamos bem fazer a entrega da prestação jurisdicional, sob pena de nos tornarmos ultrapassados diante das rápidas alterações impostas ao mercado de trabalho pelos meios e métodos de produção, cada vez mais sofisticados em busca do lucro e da rentabilidade do capital investido.

Para tanto, é necessário que nos mantenhamos atualizados, mediante estudos, discussões doutrinárias e pesquisas científicas, o que não será possível se continuarmos tendo todo o nosso tempo absorvido no desempenho de empreitadas braçais, de que é exemplo essa de julgar montanhas de ações envolvendo horas *in itinere*.

Feitas essas digressões, tenho que o MM. Juiz *a quo* analisou de forma percuriente a matéria, razão pela qual adoto, nesta parte, os fundamentos constantes da r. sentença como razões de decidir, *verbis*:

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

"Pela interpretação, *contrario sensu*, do disposto no § 2º, do art. 58 da CLT, depreende-se que o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho difícil acesso ou não servido por transporte público e para o seu retorno, em condução fornecida pelo empregador, será 'computado na jornada de trabalho'.

O art. 74, § 2º, da CLT, por sua vez, estabelece que 'Para os estabelecimentos de mais de dez trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, devendo haver pré-assinalação do período de repouso'.

Consoante se depreende da literalidade desse último dispositivo, a obrigação de registro da jornada não se restringe ao tempo de efetivo labor.

E nem podia ser diferente, pois, consoante bem fundamentado na inicial, o critério do tempo efetivamente trabalhado não foi acolhido pelo ordenamento jurídico pátrio.

Pelo contrário, o art. 4º, da CLT, estabelece, expressamente, que 'Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada'.

Logo, a partir da interpretação sistêmica dos dispositivos acima aludidos, depreende-se que a lei, quando menciona a obrigatoriedade do registro da 'hora de entrada e de saída', refere-se ao horário de início e término da jornada, que, conforme acima ressaltado, compreende as horas *in itinere* (tempo despendido no percurso até o local de trabalho difícil acesso ou não servido por transporte público e para o seu retorno, em condução fornecida pelo empregador).

A circunstância de a Justiça do Trabalho vir arbitrando em 40 minutos o tempo de percurso, nas diversas ações individuais ajuizadas pelos trabalhadores, à falta de registro capaz de demonstrar o tempo efetivamente despendido, não desobriga o empregador de cumprir a obrigação prevista expressamente em lei.

A existência de acordo coletivo fixando o tempo médio de percurso a ser pago aos trabalhadores, mesmo tendo sua validade reconhecida pela jurisprudência amplamente majoritária, também não tem o condão de elidir a obrigação da empregadora de manter o registro dessa fração da jornada, pois os dispositivos legais que determinam o registro da jornada são de ordem cogente, infensos à negociação coletiva.

Vale ressaltar que o registro, a par de não acarretar despesas extras para a reclamada, que já dispõe de coletores

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

eletrônicos dentro dos ônibus, conforme declarou seu representante na audiência que teve perante o MPT, propiciará a aferição da efetiva existência de proporcionalidade entre o tempo real de percurso e aquele fixado no acordo coletivo (Súmula 08 do TRT da 18ª Região), bem como coibirá eventuais abusos no tocante à distância das fazendas para as quais serão designados os trabalhadores de diferentes localidades" (fls. 126).

Registre-se que a Requerida juntou às fls. 197/222 a CCT celebrada entre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás - FETAEG, juntamente com diversas outras entidades sindicais obreiras, entre elas, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Helena, Turvelândia e Maurilândia, de um lado, e o Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás - SIFAEG e diversas outras entidades sindicais patronais, entre elas, o Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás - SIFAÇUCAR, de outro lado. Referido instrumento coletivo foi firmado após a prolação da sentença, com vigência em 21/05/2011 a 20/05/2012, pelo qual foi fixado o tempo de percurso em 1 hora (Cláusula Vigésima Oitava, fls. 210).

Verifico que o referido instrumento coletivo sequer foi submetido ao registro perante o órgão do Ministério do Trabalho e Emprego.

De qualquer forma, vale frisar que a existência de norma coletiva fixando o tempo médio de

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

percurso a ser pago aos trabalhadores não tem o condão de elidir a obrigação legal da empregadora de manter o registro das horas *in itinere*, na forma do art. 74, § 2º, da CLT, conforme bem ressaltou o MM. Juiz de 1º grau.

Tudo não obstante, entendo que a condenação da Requerida no sentido de que ela proceda ao registro mecânico, manual ou em sistema eletrônico do tempo de percurso relativo dos seus empregados transportados em condução por ela fornecida deve abranger todos os trabalhadores e não apenas aqueles que laboram nas lavouras.

Diante do exposto, reformo, em parte, a r. sentença para condenar a Requerida a efetuar o registro mecânico, manual ou em sistema eletrônico do tempo de percurso relativo a todos empregados transportados em condução por ela fornecida e não apenas aqueles que laboram nas lavouras.

Nego provimento ao recurso da Requerida e dou provimento ao recurso do Autor.

RECURSO DO AUTOR (MINISTÉRIO PÚBLICO DO
TRABALHO)

DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

O Autor pretende ver a Requerida condenada a efetuar, de imediato, o registro mecânico, manual ou em sistema eletrônico do tempo de percurso relativo a todos empregados transportados em condução por ela fornecida, em sede de antecipação de tutela.

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

Com razão, em parte.

Nos termos do artigo 273 do CPC, para a concessão da antecipação de tutela é necessário que o juiz esteja convencido da verossimilhança da alegação, diante da existência de prova inequívoca nesse sentido. É necessário, também, que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Na hipótese destes autos, penso que o caso é de concessão de antecipação da tutela, conforme passo a explicar.

A plausibilidade do direito do Autor está muito bem evidenciada, conforme restou sobejamente demonstrado no tópico anterior, pelo que está presente o requisito da verossimilhança das alegações.

Por sua vez, a ausência de registro do tempo de percurso poderá acarretar dano irreparável ou de difícil reparação aos trabalhadores, pois é cediço que muitos deles são arregimentados em outras Regiões do País, os quais, ao final da safra, retornam a seus Estados de origem, restando totalmente inviabilizado o ajuizamento de ações visando ao recebimento de seus direitos trabalhistas decorrentes desses contratos de safra, sendo certo que as horas de percurso fixadas nas normas coletivas não representam o tempo efetivamente percorrido por cada um desses trabalhadores.

Quanto à preocupação manifestada pelo Desembargador Geraldo Rodrigues do Nascimento em sua

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

divergência, no sentido de que tal providência exigiria uma logística dispendiosa e complicada, esclareço que, segundo informações dos Juízes que atuam no Foro Trabalhista de Rio Verde - onde a presente ação tem origem -, praticamente todas as usinas já implantaram o relógio de ponto em seus ônibus, sendo que, se não a única, a Reclamada foi uma das raras que não quis colocar tal dispositivo, sendo que somente não o fez por capricho, pois preferiu "pagar pra ver".

Isso demonstra que o aparente prazo exíguo de 10 (dez) dias por mim proposto é mais que suficiente para que ela adote tal providência, pois, para tanto, basta fazer o controle manual mediante ficha individual própria, caso não queira ou não possa adquirir, de imediato, equipamentos necessários para efetuar o registro mecânico ou em sistema eletrônico do tempo de percurso relativo a todos empregados transportados em condução por ela fornecida.

Tudo não obstante, quanto ao prazo para o cumprimento da tutela antecipada, prevaleceu a divergência apresentada pela Desembargadora Elza Cândida da Silveira, em Sessão de Julgamento.

Nos termos do que restou decidido, a Requerida deverá cumprir a obrigação de fazer consistente em efetuar o registro mecânico, manual ou em sistema eletrônico do tempo de percurso relativo a todos empregados transportados em condução por ela fornecida, dentro de 30 (trinta) dias contados da intimação desta decisão, independentemente do trânsito em julgado, sob pena de multa de "R\$ 3,000,00 por cada dia em que se der o descumprimento, a ser revertida em favor do FAT (70%) e de instituições

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
PROCESSO TRT - RO - 0002121-17.2010.5.18.0101

beneficentes da região (30%), a serem indicadas e definidas na fase de execução", conforme estabelecido na r. sentença.

Dou parcial provimento.

CONCLUSÃO

Conheço dos recursos, rejeito a preliminar de nulidade da r. sentença, e, no mérito, dou-lhes parcial provimento, nos termos da fundamentação supra.

É o meu voto.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

ELVECIO MOURA DOS SANTOS
Desembargador-Relator